



Copel Renováveis S.A.

CNPJ/MF 19.126.003/0001-02

NIRE: 41300088276

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2017

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 Contexto Operacional.....	9
2 Base de Preparação.....	10
3 Principais Políticas Contábeis	10
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	12
5 Transações com Partes Relacionadas	13
6 Benefícios Pós-Emprego.....	14
7 Patrimônio Líquido	18
8 Despesas Operacionais	19
9 Resultado Financeiro	19
10 Instrumentos Financeiros	20
11 Seguros	20
12 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa - transações que não envolvem caixa	20
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE RELATÓRIO ANUAL	24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Copel Renováveis S.A (Companhia), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), constituída em 2013 com a missão de ampliar a geração em fontes alternativas renováveis.

Neste ano, a Copel, objetivando a otimização da gestão de custos, iniciou um processo de reestruturação organizacional, com a transferência das atividades operacionais da Copel Renováveis para a Copel Geração e Transmissão S.A.

A Administração da Companhia aguardará as orientações da Controladora, a qual está avaliando uma eventual alteração do objeto social ou, senão, o encerramento das atividades operacionais e a versão de seu patrimônio para a acionista.

Cristiano Hotz

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente JONEL NAZARENO IURK

Membro JOSÉ MARQUES FILHO

CONSELHO FISCAL

Membros MAURO RICARDO MACHADO COSTA

GILMAR MENDES LOURENÇO

DIRETORIA

Diretor Presidente - Interino CRISTIANO HOTZ

Diretor de Finanças ADRIANO RUDEK DE MOURA

Diretor Jurídico e de Relações Institucionais CRISTIANO HOTZ

CONTADOR

CRC-PR-045809/O-2 ADRIANO FEDALTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.394	6.896
Outros créditos		2	256
Imposto de renda e contribuição social		140	71
Outros tributos a recuperar		138	95
Partes relacionadas	5	26.597	27.147
		30.271	34.465
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		307	227
		307	227
Imobilizado		349	313
Intangível		661	525
		1.317	1.065
TOTAL DO ATIVO		31.588	35.530

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		-	2.732
Partes relacionadas	5	2.096	954
Fornecedores		63	297
Imposto de renda e contribuição social		-	19
Outras obrigações fiscais		10	14
Benefícios pós-emprego	6	31	26
Outras contas a pagar		6	12
		2.206	4.054
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais		306	233
Benefícios pós-emprego	6	497	2.374
Outras contas a pagar		-	82
Provisões para litígios		-	9
		803	2.698
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	7	39.049	29.049
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	10.000
Ajustes de avaliação patrimonial		1.646	(423)
Prejuízos acumulados		(12.116)	(9.848)
		28.579	28.778
TOTAL DO PASSIVO		31.588	35.530

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-
Custos Operacionais	8	-	-
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		-	-
Outras Despesas Operacionais	8		
Despesas gerais e administrativas		(1.664)	-
Outras despesas operacionais, líquidas		(959)	(75)
		(2.623)	(75)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(2.623)	(75)
Resultado Financeiro	9		
Receitas financeiras		356	478
Despesas financeiras		(1)	(6)
		355	472
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(2.268)	397
Imposto de renda e contribuição social		-	(51)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(2.268)	346

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(2.268)	346
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	7.2	2.069	543
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(199)	889

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016		8.300	20.749	(966)	(10.194)	17.889
Lucro líquido do exercício		-	-	-	346	346
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais	7.2	-	-	543	-	543
Resultado abrangente do exercício		-	-	543	346	889
Recebimento de adiantamento		-	10.000	-	-	10.000
Aumento de capital		20.749	(20.749)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		29.049	10.000	(423)	(9.848)	28.778
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.268)	(2.268)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais	7.2	-	-	2.069	-	2.069
Resultado abrangente do exercício		-	-	2.069	(2.268)	(199)
Aumento de capital		10.000	(10.000)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		39.049	-	1.646	(12.116)	28.579

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(2.268)	346
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a (utilização) geração de caixa das atividades operacionais			
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	6.4	229	1.613
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	6.4	795	481
Depreciação	8	58	11
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	8	959	81
Imposto de renda e contribuição social		-	51
		(227)	2.583
Redução (aumento) dos ativos			
Depósitos judiciais		(80)	(108)
Outros créditos		254	(54)
Imposto de renda e contribuição social		(69)	(25)
Outros tributos a recuperar		(43)	(95)
Partes relacionadas		550	-
		612	(282)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(2.732)	601
Partes relacionadas		1.142	642
Fornecedores		(234)	50
Outras obrigações fiscais		69	116
Benefícios pós-emprego	6.4	(827)	(501)
Outras contas a pagar		(1.056)	12
		(3.638)	920
CAIXA (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(3.253)	3.221
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19)	(32)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(3.272)	3.189
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Créditos concedidos a partes relacionadas		-	(12.754)
Aquisições de imobilizado		(94)	(272)
Aquisições de intangível		(136)	(411)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(230)	(13.437)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		-	10.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	10.000
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.502)	(248)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	6.896	7.144
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	3.394	6.896
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.502)	(248)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Renováveis S.A (“Companhia” ou “Copel Renováveis”), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem como objeto gerar, transmitir e comercializar energia oriunda de fontes que possuam capacidade de regeneração por meios naturais, bem como estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de geração e transmissão de energia das fontes descritas; e prestar serviço de consultoria e engenharia, dentro de sua área de atuação.

Em 2017, a Copel, objetivando a otimização da gestão de custos, iniciou um processo de reestruturação organizacional, com a transferência das atividades operacionais da Copel Renováveis para a Copel Geração e Transmissão S.A. A Administração da Companhia aguardará as orientações da Controladora, a qual está avaliando uma eventual alteração do objeto social ou, senão, o encerramento das atividades operacionais e a versão de seu patrimônio para a acionista, de modo que os saldos de ativos e passivos apresentados em 31.12.2017 sejam liquidados ao longo de 2018, principalmente aqueles relacionados à partes relacionadas.

1.1 Participação societária

Em 20.12.2017, a Companhia incorporou a sua controlada Copel Brisa Potiguar S.A., da qual detinha 100% do capital social.

Os impactos da incorporação no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

ATIVO	
CIRCULANTE	
Outros créditos	2
TOTAL DO ATIVO	2
PASSIVO	
NÃO CIRCULANTE	
Partes relacionadas - compartilhamento de estrutura (NE nº 5)	1.042
Outras contas a pagar - provisão para passivo a descoberto em controlada	(1.040)
TOTAL DO PASSIVO	2

1.2 Descontinuidade operacional

A Copel, objetivando a otimização da gestão, a partir de 1º.09.2017, iniciou o processo de reestruturação organizacional, transferindo as atividades operacionais da Copel Renováveis para a Copel Geração e Transmissão S.A (Controlada da Companhia Paranaense de Energia - Copel). A Copel Renováveis aguarda orientações da Controladora, a qual está avaliando uma eventual alteração do objeto social ou, senão, o encerramento das atividades operacionais e a versão de seu patrimônio para a acionista.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.1 e 10 - Instrumentos financeiros; e
- NE nº 6 - Benefícios pós-emprego.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.1.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros

3.1.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Nos exercícios de 2017 e 2016 não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos, por não atenderem a todos os critérios para o seu reconhecimento.

3.3 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.4 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.5 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2017. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

A nova norma que pode ter impacto para a Companhia está mencionada a seguir:

3.5.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.

Com base na análise dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 31.12.2017, considerando os fatos e as circunstâncias existentes naquela data, a Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o modelo de gerenciamento desses ativos e não identificou impactos do CPC 48/IFRS 9 sobre as demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos conta movimento	349	1.138
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.045	5.758
	3.394	6.896

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas a 98% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante - Compartilhamento de estrutura		
Controladora - Copel	24	-
Entidades sob controle em comum		
Copel Geração e Transmissão S.A.	183	-
Copel Distribuição S.A.	494	-
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	1.162	1.474
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	1.177	1.496
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	1.470	1.865
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	1.125	1.428
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	1.654	1.822
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	987	1.531
Ventos de Santo Uriel S.A.	691	877
GE Boa Vista S.A.	675	858
GE Farol S.A.	991	1.257
GE Olho D'Água S.A.	1.536	1.952
GE São Bento do Norte S.A.	1.457	1.849
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	343	282
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	273	225
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	263	217
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	195	160
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	173	141
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	162	133
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	1.103	915
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	1.042	863
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	1.094	907
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	2.583	2.142
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	971	804
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	2.480	2.057
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	2.280	1.892
Outras	9	-
	26.597	27.147
Passivo circulante - Compartilhamento de estrutura		
Controladora - Copel	977	954
Entidades sob controle em comum		
Copel Geração e Transmissão S.A.	22	-
Copel Distribuição S.A.	55	-
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	947	-
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	88	-
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	7	-
	2.096	954
	24.501	26.193

A Companhia patrocina planos previdenciário e assistencial administrados pela Fundação Copel, conforme NE nº 6, cujos saldos do passivo são apresentados na NE 6.3.

6 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia mantém planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III) para aposentados e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

6.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

6.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados aposentados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

6.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Planos previdenciários	-	2
Planos assistenciais	528	2.398
	528	2.400
	Circulante	31
	Não circulante	497
		26
		2.374

6.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Em 1º.01.2016	1.350
Apropriação do cálculo atuarial	1.613
Contribuições previdenciárias e assistenciais	481
Ajuste referente a ganhos atuariais	(543)
Amortizações	(501)
Em 31.12.2016	2.400
Apropriação do cálculo atuarial	229
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	795
Ajuste referente a ganhos atuariais	(2.069)
Amortizações	(827)
Em 31.12.2017	528

6.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

6.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2017 e 2016, estão demonstradas a seguir:

	2017		2016	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	4,50%	-	5,15%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Plano Unificado	5,18%	9,91%	5,89%	11,35%
Plano III	5,18%	9,91%	5,88%	11,34%
Plano Assistencial	5,18%	9,92%	5,88%	11,34%
Crescimento salarial Plano Unificado a.a.	2,00%	6,59%	2,00%	7,25%
Crescimento salarial Plano III a.a.	1,50%	6,07%	2,00%	7,25%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		A. VINDAS

6.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2017		
Participantes aposentados	14,92	23,01
Participantes pensionistas	16,37	27,99
Em 31.12.2016		
Participantes aposentados	15,62	23,75
Participantes pensionistas	16,59	28,89

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 64,4 anos.

6.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores Plano Unificado e do Plano III para 31.12.2017 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 313 e de R\$ 343, enquanto que, em 31.12.2016, a posição era, respectivamente, de R\$ 1.045 e de R\$ 1.314. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2017, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.445	6.881	633	10.959	14.610
Valor justo dos ativos do plano	(3.758)	(7.224)	(105)	(11.087)	(14.572)
Estado de cobertura do plano	(313)	(343)	528	(128)	38
Ativo não reconhecido	313	343	-	656	2.359
	-	-	528	528	2.397

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2017, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 2.069, correspondente a uma redução apurada naquela data base.

6.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2016	5.063	6.167	1.719
Custo de serviço	-	-	1.402
Custo dos juros	739	898	272
Benefícios pagos	(598)	(845)	(34)
(Ganhos) / perdas atuariais	2.183	(1.914)	(442)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2016	7.387	4.306	2.917
Custo de serviço	-	-	68
Custo dos juros	840	487	332
Benefícios pagos	(287)	(525)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(4.495)	2.613	(2.684)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2017	3.445	6.881	633

6.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2016	6.054	10.115	372
Retorno esperado dos ativos	853	1.473	60
Contribuições e aportes	40	-	-
Benefícios pagos	(598)	(845)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	2.083	(5.122)	87
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2016	8.432	5.621	519
Retorno esperado dos ativos	352	635	15
Contribuições e aportes	22	-	-
Benefícios pagos	(288)	(525)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(4.760)	1.493	(429)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2017	3.758	7.224	105

6.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2018, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	2018
Custo do serviço corrente	-	-	3	3
Custo estimado dos juros	342	778	63	1.183
Rendimento esperado do ativo do plano	(818)	(816)	(10)	(1.644)
Custos (receitas)	(476)	(38)	56	(458)

6.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(286)	290
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(110)	111
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	44	(41)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	-	-
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	-	-
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(1)	1

6.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2018	225	455	30	710
2019	214	433	33	680
2020	203	411	31	645
2021	193	391	30	614
2022	184	372	28	584
2023 a 2057	2.268	4.550	350	7.168

6.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2017 e a alocação-meta para 2018, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2018	2017
Renda fixa	87,5%	89,3%
Renda variável	6,2%	6,5%
Empréstimos	1,1%	1,3%
Imóveis	1,5%	1,7%
Investimentos estruturados	3,7%	1,2%
	100,0%	100,0%

A seguir são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	91,5%	77,0%	81,0%	59,0%
Renda variável	3,0%	1,0%	11,0%	7,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	1,0%
Imóveis	2,0%	1,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	5,0%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

7 Patrimônio Líquido

7.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2017 monta a R\$ 39.049 (R\$ 29.049, em 31.12.2016) e é composto por 39.048.754 (29.048.754 em 31.12.2016) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

7.2 Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

Em 1^o.01.2016	(966)
Passivos atuariais - Benefic�ios pós-emprego	543
Em 31.12.2016	(423)
Passivos atuariais - Benefic�ios pós-emprego	2.069
Em 31.12.2017	1.646

8 Despesas Operacionais

	31.12.2017 (a)	31.12.2016
Pessoal e administradores	(1.288)	-
Planos previdenciário e assistencial	(41)	-
Material	(28)	-
Serviç�os de terceiros	(230)	-
Depreciação	(58)	-
Provisão para passivo a descoberto em controlada	(959)	(75)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(19)	-
	(2.623)	(75)

(a) Os custos registrados em 2017 referem-se a manutenção da estrutura administrativa da Companhia que deixaram de ser rateados com demais partes relacionadas a partir de 1^o.09.2017

9 Resultado Financeiro

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	368	497
Outras receitas financeiras	5	4
PLS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(17)	(23)
	356	478
(-) Despesas financeiras		
IOF s/ aplicações financeiras	-	3
Outras despesas financeiras	1	3
	1	6
Líquido	355	472

10 Instrumentos Financeiros

10.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	3.394	3.394	6.896	6.896
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)		1	63	63	297	297

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão da natureza e do prazo de realização.

10.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

10.2.1 Risco de crédito

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

10.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

11 Seguros

A Companhia contratou apólice de Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O no valor de R\$ 82.700 com vencimento em 28.03.2019. O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2017, de R\$ 3,3080.

12 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa - transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 10.000 decorrente da capitalização de créditos até então mantidos na rubrica de Adiantamentos para futuro aumento de capital, cujos recebimentos ocorreram em exercícios anteriores.

A citada transação não envolveu caixa, motivo pelo qual não está mencionada na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2017.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Copel Renováveis S.A.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião com ressalva

Conforme a nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia iniciou o processo de reestruturação organizacional, transferindo as atividades operacionais da Copel Renováveis para a Copel Geração e Transmissão S.A (Controlada da Companhia Paranaense de Energia - Copel). Adicionalmente, a Copel Renováveis não possui operações e avalia uma potencial alteração no objeto social, ou até mesmo o encerramento de suas atividades. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a Administração da Companhia iniciou o processo de reestruturação organizacional, transferindo as atividades operacionais da Copel Renováveis para a Copel Geração e Transmissão S.A (Controlada da Companhia Paranaense de Energia - Copel) e, adicionalmente, não possui operações e avalia uma potencial alteração no seu objeto social, ou até mesmo o encerramento de suas atividades. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia. Em decorrência disso, o Relatório de Administração pode apresentar possíveis distorções relevantes pela mesma razão.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de abril de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE RELATÓRIO ANUAL

DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2017

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Renováveis S.A. - Copel REN, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração referentes ao exercício social findo em 31.12.2017 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido com ressalvas em relação ao exercício de 2017, especificamente quanto à capacidade de continuidade operacional desta Subsidiária Integral, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 20 de abril de 2018

/s/

MAURO RICARDO MACHADO COSTA

/s/

GILMAR MENDES LOURENÇO